



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
GABINETE DO VEREADOR DUARTE CORDEIRO

120
PROPOSTA Nº 120/2017

ASSUNTO: Submeter à Assembleia Municipal autorização para repartição de encargos para os anos económicos de 2017, 2018, 2019 e 2020 e a emissão de autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais para os mesmos anos, no âmbito da abertura do procedimento por concurso público com publicidade no Jornal Oficial da União Europeia para "Aquisição de peças para superestruturas e equipamentos, por lotes, das marcas Faun (lote 1), Haller (lote 2), RosRoca (lote 3), Brivio e outras superestruturas de placas (lote 4), Kuka e outras superestruturas rotativas (lote 5), Zoller e outros equipamentos de elevação de contentores de RSU (lote 6) da frota municipal" (Proc.1243/CML/17)

PELOURO: Frota - Vereador Duarte Cordeiro

SERVIÇO: DMHU/DRMM

Considerando que:

- 1- O Município de Lisboa dispõe de uma frota de mais de 200 viaturas para o serviço de recolha de resíduos sólidos urbanos, equipadas com superestruturas de diversas marcas, designadamente Brivio, Faun, Haller, Kuka, RosRoca, e com elevadores de contentores da marca Zoller;
- 2- A oficina da Divisão de Manutenção de Frota do Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica está preparada para executar operações de conservação e manutenção destes equipamentos, sendo os meios internos a forma preferencial de efetuar as intervenções necessárias por opção gestonária e obediência aos princípios contidos na Lei n.º 42/2016 de 28 de dezembro, Lei que aprovou o OE para 2017;
- 3- É necessário proceder à aquisição de peças para realizar as operações referidas no ponto anterior;
- 4- A competência para a decisão de contratar, escolha do procedimento, aprovação das respetivas peças, autorização da despesa inerente ao contrato a celebrar, cabe ao Exmo. Senhor Vereador Dr. José Duarte Cordeiro, no uso das competências delegadas pelo Exmo. Sr. Presidente da Câmara, nos termos da alínea a) do n.º 2 do ponto II, da alínea b) do n.º 1 e n.º 6 da letra E do ponto I, todos do Despacho n.º 42/P/2015, publicado no 4.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1110, de 28 de maio de 2015, na redação que lhe foi dada pelo Anexo I do Despacho n.º 142/P/2015, de 17/12/2015, publicado no 2.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A
GABINETE DO VEREADOR DUARTE CORDEIRO

1139, de 17 de dezembro, conjugado com o disposto no art.º 29.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e nos art.º 36.º, n.º 1 e 38.º, ambos do CCP;

5- A abertura de procedimento relativo a despesa que dê lugar a um encargo orçamental em anos económicos seguintes ao da sua contratação que exceda o limite anual de 99.759, 58€, não pode ser efetivada sem prévia autorização do órgão deliberativo, Assembleia Municipal, nos termos do artigo 22.º, n.ºs 1 e 6 do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho que se mantém em vigor por força do artigo 14.º, n.º 1, alínea f) do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro;

6- A despesa inerente a este procedimento de formação contratual dá lugar a um encargo orçamental superior àquele valor nos anos económicos de 2018 e 2019, não estando prevista em Plano Plurianual.

TENHO A HONRA DE PROPOR QUE A CÂMARA MUNICIPAL DELIBERE:

Submeter à Assembleia Municipal a autorização para repartição de encargos para os anos económico de 2017, 2018, 2019 e 2020 ao abrigo das disposições conjugadas no artigo 24.º e nas alíneas dd) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e nos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, bem como a emissão de autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais em relação aos mesmos anos económicos, nos termos da alínea c) do nº1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, com a redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, no âmbito da abertura do procedimento por concurso público com publicidade no Jornal Oficial da União Europeia para "Aquisição de peças para superestruturas e equipamentos, por lotes, das marcas Faun (lote 1), Haller (lote 2), RosRoca (lote 3), Brivio e outras superestruturas de placas (lote 4), Kuka e outras superestruturas rotativas (lote 5), Zoller e outros equipamentos de elevação de contentores de RSU (lote 6) da frota municipal", com os valores seguintes:

Ano	Valor total s/ IVA (€)	IVA 23% (€)	Valor total c/ IVA (€)
2017	24.600,00	5.658,00	30.258,00
2018	110.000,00	25.300,00	135.300,00
2019	110.000,00	25.300,00	135.300,00
2020	85.400,00	19.642,00	105.042,00
Total	330.000,00	75.900,00	405.900,00



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A
GABINETE DO VEREADOR DUARTE CORDEIRO

A despesa classifica-se na rubrica orçamental 02.01.12 (material de transporte-peças) da orgânica L17.02.

Paços do Concelho, aos 17 de março de 2017

O Vereador

Duarte Cordeiro



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CML - Sede Social: Paços do Concelho - Praça do Município - 1149-014 Lisboa

Contribuinte N.º 500 051 070

ORÇAMENTO 2017

Data Lanç.: 21.02.2017

Data Doc.: 14.02.2017

Doc. Origem: 55/DMHU/DRMM/17

Descrição: Aq peças p/superestrutura/equip Faun/Halter/Rosroc

Orgânica: L17.02 Dep.de Reparação e Manutenção Mecânica

N.º Cabimento: 5317001713

NUP: 617001065

Funcional: _____

Moeda: EUR

Económica	Código do Plano	Orçamento Inicial	Refor./Anula.	Orçam. Corrigido	Despesas Pagas	Encar. Assumidos	Saldo Disponível	Desp. Emergente	Saldo Residual
02.01.12	EXTRAPLANO	1.574.943,00	133.726,00	1.708.669,00	50.614,62	1.433.545,12	224.509,26	30.258,00	194.251,26
	Totais	1.574.943,00	133.726,00	1.708.669,00	50.614,62	1.433.545,12	224.509,26	30.258,00	194.251,26

Total do Valor Cabimentado 30.258,00

Procedimento Adequado em Função do Valor _____

Procedimento Seguido _____ Doc. Justificativo _____

Competência P/ Autorização _____

Contrato Escrito _____

Visto Tribunal de Contas _____

Comunicação Adicional T. C. _____

Não Exigido ☐

Exigido ☐

Não Exigido ☐

Exigido ☐

Não Exigido ☐

Exigido ☐

Prop. n.º DACM
Fls. 120/13

Data: 21.02.2017 Hora: 12:25:59

Pág: 1 / 1

Uti: BALMEIDA

Visto

PROCESSADO POR COMPUTADOR

REIMPRESSÃO



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Direção Municipal de Higiene Urbana
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica
Divisão de Manutenção de Frota

DACM
Prop. n.º 120/17
Fls. _____

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL

Processo n.º. ____/CPI/DA/CCM/2017

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

"Aquisição de peças para superestruturas e equipamentos, por lotes, das marcas Faun (lote 1), Haller (lote 2), RosRoca (lote 3), Brivio e outras superestruturas de placas (Lote 4), Kuka e outras superestruturas rotativas (Lote 5) e Zoller e outros equipamentos de elevação de contentores de RSU (Lote 6) da frota municipal"

**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**

Direção Municipal de Higiene Urbana

Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

Divisão de Manutenção de Frota

Índice

Artigo 1.º Objeto do concurso	3
Artigo 2.º Entidade pública adjudicante	3
Artigo 3.º Órgão que tomou a decisão de contratar	4
Artigo 4.º Consulta e Fornecimento das peças do procedimento	4
Artigo 5.º Esclarecimentos e Retificação das peças do procedimento	4
Artigo 6.º Erros e omissões do caderno de encargos	5
Artigo 7.º Concorrentes	5
Artigo 8.º Proposta e seus elementos	6
Artigo 9.º Modo para a apresentação das propostas	6
Artigo 10.º Documentos da proposta	7
Artigo 11.º Apresentação de propostas variantes	8
Artigo 12.º Prazo para apresentação de propostas	8
Artigo 13.º Prazo da obrigação de manutenção das propostas	8
Artigo 14.º Abertura de propostas	8
Artigo 15.º Análise das propostas e relatório preliminar	9
Artigo 16.º Esclarecimentos sobre as propostas	9
Artigo 17.º Audiência prévia	9
Artigo 18.º Relatório final e adjudicação	9
Artigo 19.º Critério de adjudicação	10
Artigo 20.º Preço anormalmente baixo	10
Artigo 21.º Notificação da decisão de adjudicação	10
Artigo 22.º Documentos de habilitação a apresentar pelo adjudicatário	11
Artigo 23.º Caução	11
Artigo 24.º Redução do contrato a escrito	11
Artigo 25.º Outorga do contrato	11
Artigo 26.º Despesas e encargos	12
Artigo 27.º Impugnações administrativas	12
Artigo 28.º Prevalência	12
Artigo 29.º Legislação aplicável	12
ANEXO I MINUTA DA PROPOSTA	13
ANEXO II MODELO DE DECLARAÇÃO	14
ANEXO III CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO - MODELO DE AVALIAÇÃO	16
ANEXO IV TABELAS PREÇO (IVA não incluído)	18
ANEXO V MODELO DE DECLARAÇÃO	24
ANEXO VI MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA	25
ANEXO VII MODELO DE SEGURO - CAUÇÃO	26
ANEXO VIII MODELO DA GUIA DE DEPÓSITO	27



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Direção Municipal de Higiene Urbana
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica
Divisão de Manutenção de Frota

Artigo 1.º
Objeto do concurso

1. O presente concurso público, com publicidade internacional, tem por objeto a "Aquisição de peças para superestruturas e equipamentos, por lotes, das marcas Faun (lote 1), Haller (lote 2), RosRoca (lote 3), Brivio e outras superestruturas de placas (Lote 4), Kuka e outras superestruturas rotativas (Lote 5) e Zoller e outros equipamentos de elevação de contentores de RSU (Lote 6) da frota municipal, distribuído por Lotes, da seguinte forma:

Lote 1: Aquisição de peças para superestruturas da marca Faun;

Lote 2: Aquisição de peças para superestruturas da marca Haller;

Lote 3: Aquisição de peças para superestruturas da marca Ros Roca;

Lote 4: Aquisição de peças para superestruturas da marca Brivio e outras, de placas ;

Lote 5: Aquisição de peças para superestruturas da marca Kuka e outras, rotativas ;

Lote 6: Aquisição de peças elevadores de contentores Zoller e outros.

2. Por frota municipal de superestruturas e equipamentos das marcas Faun, Haller, Ros Roca, Brivio, Kuka e Zoeller, entre outros, deve entender-se o conjunto de viaturas e equipamentos constante do Anexo I ao Caderno de Encargos e outras da mesma categoria que o Município venha entretanto a adquirir.

3. O preço máximo admitido para o somatório dos preços unitários de cada Lote, nos termos do constante do Anexo III ao Programa do Procedimento, é o seguinte:

Lote 1: Aquisição de peças para superestruturas da marca Faun: Tgmax: 20.000,00 €
Lote 2: Aquisição de peças para superestruturas da marca Haller: Tgmax: 24.000,00 €
Lote 3: Aquisição de peças para superestruturas da marca RosRoca Tgmax: 20.000,00 €
Lote 4: Aquisição de peças para superestruturas da marca Brivio e outras Tgmax: 11.000,00 €
Lote 5: Aquisição de peças para superestruturas da marca Kuka e outras Tgmax: 12.000,00 €
Lote 6: Aquisição de peças para elevadores de contentores Zoller e outros Tgmax: 23.000,00 €

4. O presente procedimento é lançado na modalidade de Concurso Público nos termos no disposto na alínea b) do n.º 1 e da alínea d), do n.º 2, do artigo 16.º do Código dos Contratos Públicos (doravante designado por CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação que lhe foi dada pela Declaração de Retificação n.º 18-A/2008, de 28 de março, pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro, pela Lei n.º 3/2010, de 27 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de dezembro, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30/12, e pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho e pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 2 de outubro.

Artigo 2.º
Entidade pública adjudicante

1. A entidade pública adjudicante é o Município de Lisboa – Direção Municipal de Higiene Urbana – Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica, sito na Av. Infante D. Henrique, Lote 1, 1800-220 Lisboa, sendo o concurso realizado através da Direção Municipal de Finanças, Central de Compras Municipal, Divisão de Procedimentos, sito no Edifício Central do Município, Campo Grande n.º 25, 9º Piso, Bloco A, 1749-099 Lisboa, com o endereço de correio eletrónico dmf.ccm.dp@cm-lisboa.pt.
2. O presente concurso público processa-se, integralmente, através da plataforma eletrónica "acinGov" utilizada pela entidade adjudicante, com o seguinte endereço: <https://www.acingov.pt>.
3. Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 32.º da Lei n.º 96/2015 de 17 de agosto, a entidade adjudicante e a empresa gestora da plataforma "acinGov" apenas respondem pelos impedimentos de ordem técnica no acesso à plataforma eletrónica que lhes sejam imputáveis, que sejam imputáveis ao sistema em que a plataforma opera ou à própria plataforma.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Direção Municipal de Higiene Urbana
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica
Divisão de Manutenção de Frota

Artigo 3.º

Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada pelo Senhor Vereador Dr. Duarte Cordeiro, ao abrigo das competências que lhe foram delegadas e subdelegadas pelo Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, do Despacho n.º 79/P/2013, de 13 de novembro, publicado no 2.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1030, de 14 de novembro de 2013, em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 18.º, e do artigo 29.º, ambos do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, do n.º 1, do artigo 36.º, e do artigo 109.º, ambos do CCP, e na alínea c), do n.º 1, do artigo 16.º, do Regulamento do Orçamento da Câmara Municipal de Lisboa em vigor

Artigo 4.º

Consulta e Fornecimento das peças do procedimento

1. O presente Programa do Procedimento e o Caderno de Encargos poderão ser consultados na Central de Compras Municipal do Departamento de Aprovisionamentos, sito no Edifício Central do Município, Campo Grande n.º 25, 9.º Piso, Bloco A, 1749-099 Lisboa, com o endereço de correio eletrónico: dmf.da.ccm@cm-lisboa.pt, desde o dia da publicação do anúncio até ao termo do prazo para apresentação das propostas, nos termos do artigo 133.º, n.º 1, do CCP.
2. O presente Programa do Procedimento e o Caderno de Encargos encontram-se patentes na plataforma electrónica "acinGov", desde a data da publicação do anúncio até ao termo do prazo para apresentação das propostas.
3. O acesso à referida plataforma electrónica é gratuito e permite efetuar a consulta e o "download" das peças do procedimento, bem como apresentar a proposta.
4. Para ter acesso à plataforma "acinGov", o interessado deverá aceder ao endereço eletrónico <http://www.acingov.pt>, carregar no separador "Aderir" e preencher o formulário de adesão.
5. Após o preenchimento do formulário de adesão, o interessado deverá remeter esse formulário, bem como os documentos nele identificados, para os Serviços da Plataforma Electrónica "acinGov". A validação dos documentos de adesão é efectuada no prazo máximo de 72 horas úteis, após a receção dos documentos.
6. As dúvidas surgidas no preenchimento do referido formulário devem ser esclarecidas pelo Serviço de Apoio ao Cliente, através do endereço eletrónico: apoio@acingov.pt, ou do contacto telefónico através do número 707 451 451.

Artigo 5.º

Esclarecimentos e Retificação das peças do procedimento

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são da competência do Júri nomeado para efeitos deste concurso.
2. Os interessados podem apresentar pedidos de esclarecimento ao Júri do procedimento, através da plataforma electrónica "acinGov", dentro do primeiro terço (1/3) do prazo fixado para a apresentação das propostas.
3. Os esclarecimentos a que se refere o número 1 do artigo, serão disponibilizados na plataforma electrónica de contratação pública e juntos às peças do procedimento que se encontram patentes para consulta, até ao termo



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Direção Municipal de Higiene Urbana

Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

Divisão de Manutenção de Frota

do segundo terço (2/3) do prazo fixado para a apresentação das propostas, atento o disposto no artigo 50.º, n.º 2, do CCP.

4. A entidade adjudicante poderá, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do concurso e efetuar quaisquer esclarecimentos.
5. A prestação de esclarecimentos ou a retificação das peças do procedimento para além do prazo referido no n.º 3 deste artigo, determinará a prorrogação do prazo para a apresentação de propostas.
6. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do concurso e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Artigo 6.º

Erros e omissões do caderno de encargos

1. Até ao termo do quinto sexto (5/6) do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados devem apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões do caderno de encargos detetados e que digam respeito a:
 - a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade; ou
 - b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar; ou
 - c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar e que o interessado não considere exequíveis.
2. A apresentação da lista referida no número anterior, por qualquer interessado, suspende o prazo fixado para a apresentação das propostas desde o termo do quinto sexto daquele prazo até à publicitação da decisão prevista no n.º 4 do presente artigo ou, não havendo decisão expressa, até ao termo do mesmo prazo.
3. A suspensão prevista no número anterior pode ser mantida pelo órgão competente para a decisão de contratar por um período único de, no máximo, mais 60 (sessenta) dias contínuos, o qual não pode ser sujeito a prorrogação.
4. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, ou no caso previsto no número anterior, até ao termo do período de manutenção da suspensão daquele prazo, o órgão competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que não sejam por ele expressamente aceites.
5. Os erros e as omissões aceites nos termos do número anterior, determina a identificação, pelo órgão competente para a decisão de contratar, dos termos do suprimento daqueles.
6. As listas com a identificação dos erros e das omissões detetados pelos interessados, bem como as decisões previstas nos n.ºs 3 a 5 do presente artigo, são publicitadas na plataforma eletrónica "acinGov", pela entidade adjudicante e juntas às peças procedimentais, devendo todos aqueles que tenham adquirido as peças do procedimento serem imediatamente notificados daquele facto.

Artigo 7.º

Concorrentes

1. É concorrente a entidade, pessoa singular ou coletiva, que participa em qualquer procedimento de formação de um contrato mediante a apresentação de uma proposta.
2. Podem ser concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas exercida, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação e desde que todas as empresas do agrupamento possuam condições legais adequadas ao exercício da atividade.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Direção Municipal de Higiene Urbana
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica
Divisão de Manutenção de Frota

3. Os membros de um agrupamento concorrente não podem concorrer no mesmo procedimento a título individual, nem integrar outro agrupamento concorrente, sob pena de exclusão das respetivas propostas.
4. Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.
5. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, numa única entidade ou consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária.
6. Não podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento, as entidades que não cumpram qualquer das situações previstas no artigo 55.º do CCP.

Artigo 8.º **Proposta e seus elementos**

1. A proposta é a declaração pela qual o concorrente manifesta a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.
2. Na proposta os concorrentes devem indicar todos os elementos solicitados, devendo para o efeito considerar todas as condições e informações constantes do presente programa, Caderno de Encargos e demais documentação anexa.
3. A proposta deve ser assinada pelo concorrente ou seu representante, nos termos especificados no n.º 11 do Artigo 9.º. Sempre que seja assinada por procurador, juntar-se-á procuração que confira a este último poderes para o efeito.
4. No caso de agrupamento, a proposta deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.

Artigo 9.º **Modo para a apresentação das propostas**

1. A proposta de preço será elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I ao Programa do Procedimento (Minuta da Proposta) indicando, o concorrente, o preço total que terá de ser inferior ao(s) preço(s) máximo(s) definido(s) nos termos do n.º 2 da cláusula 1.ª do Caderno de Encargos, sob pena de exclusão da proposta, por inaceitabilidade da mesma.
2. A proposta, assim como todos os documentos submetidos na plataforma eletrónica <http://www.acingov.pt>, devem ser assinados com recurso a certificados de assinatura eletrónica qualificada que permita atestar os poderes de representação nos termos da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
3. Nos documentos eletrónicos com ficheiros compactados em formato "ZIP" ou equivalente, a aposição de uma assinatura eletrónica qualificada deve ocorrer em cada um dos documentos eletrónicos que os constituem, assegurando-lhes nos termos da Lei essa forma a força probatória de documento particular assinado, sob pena de causa de exclusão da proposta nos termos do artigo 146.º do CCP.
4. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma eletrónica um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante.
5. Nos termos do disposto nos artigos 68.º a 70.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, cabe ao concorrente codificar a proposta, apresentando a sua identificação ou a de cada membro do agrupamento concorrente, bem como, preencher o formulário principal.
6. Quando algum documento se encontre disponível na internet, o concorrente pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aquele pode ser consultado, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que referidos sítio e documento dele constantes, estejam redigidos em língua portuguesa.
7. Em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou autenticidade dos documentos que constituem a proposta, apresentados diretamente na plataforma eletrónica de contratação pública "acinGov", pode a entidade



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Direção Municipal de Higiene Urbana

Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

Divisão de Manutenção de Frota

adjudicante exigir ao concorrente a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada.

8. No caso de agrupamento de candidatos, as propostas devem ser assinadas eletronicamente pelo representante comum, nos termos do n.º 4 do artigo 8.º do presente Programa de Procedimento.
9. O preço da proposta será expresso em euros, por extenso e algarismos, e não incluirá o IVA, devendo o concorrente indicar a taxa legal aplicável. Em caso de divergência, prevalece o preço indicado por extenso.
10. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.
11. A proposta e os documentos que a constituem deverão ser redigidos em língua portuguesa.
12. A proposta deve indicar apenas preços para peças novas, não sendo permitido incluir peças recondicionadas.
13. A proposta deve apresentar preços para peças sobresselentes originais, conforme definição prevista no artigo 1.º alínea "t" do Regulamento (CE) n.º1400/2002 de 31 de julho (peças genuínas).
14. A proposta deverá incluir indicação do desconto ou tabela de descontos a aplicar genericamente sobre as peças dos lotes a que concorre, a aplicar em caso de aquisição de peças que não constem da tabela Anexo IV

Artigo 10.º

Documentos da proposta

1. A proposta deve ser constituída pelos seguintes documentos:

- a) **Declaração do concorrente** de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, elaborada em conformidade com o modelo previsto alínea a) do n.º 1 do artigo 57º do CCP (**Anexo II – Modelo de Declaração**), constante do presente Programa de Procedimento, do qual faz parte integrante. Esta declaração deve ser assinada pelo concorrente ou por representante com poderes para o obrigar;
 - b) **Anexo I (Minuta da proposta)** ao presente Programa de Procedimento do qual faz parte integrante, que deve ser integralmente preenchida, para cada um dos lotes a que concorre;
 - c) **Tabela de preços de venda ao público (PVP)**, em suporte digital, ou acesso à mesma por internet, desde garantidas as condições especificadas no ponto 11 da cláusula 4 do Caderno de Encargos;
 - d) **Declaração**, escrita, em como as peças elencadas no anexo foram fabricadas segundo as especificações, normas de fabricos e qualidade utilizadas pelo fabricante da marca, conforme previsto no artigo 1º. Alínea t) do Regulamento (CE) nº1400/2002 de 31 de Julho;
 - e) **Documentos** que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar;
 - f) **Documento em que conste a identificação e contacto do(s) elemento(s) responsável(eis) por parte do adjudicatário** perante a entidade pública adjudicante, bem como, o horário de funcionamento dos serviços responsáveis pelo fornecimento de peças objeto do presente concurso público;
 - g) Preenchimento do Quadro constante no **anexo IV**, em formato *Excel*;
 - h) Documentos que contenham os esclarecimentos justificativos da apresentação de um preço anormalmente baixo, quando esse preço resulte, direta ou indiretamente, das peças do procedimento;
 - i) Quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis;
2. A plataforma eletrónica disponibiliza aos concorrentes um formulário específico para preenchimento, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 16.º da Portaria n.º 701-G/2008, de 29 de julho, o qual constitui a base da informação a enviar posteriormente ao portal único dos contratos públicos.
3. O não preenchimento do formulário referido no número anterior é causa de exclusão da proposta, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 143-A/2008, de 25 de julho.
4. Quando a proposta for apresentada por um agrupamento concorrente, a declaração referida na alínea a) do n.º 1 do presente artigo deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Direção Municipal de Higiene Urbana
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica
Divisão de Manutenção de Frota

5. Os concorrentes inscritos em conservatória do registo comercial devem apresentar a certidão do registo comercial. A entrega do código de acesso à certidão permanente equivale, para todos os efeitos, à entrega de uma certidão do registo comercial, sendo que a validade da certidão permanente será aferida à data da abertura das propostas.
6. São excluídas as propostas que não apresentem todos os documentos elencados no n.º 1 do presente artigo.

Artigo 11.º

Apresentação de propostas variantes

Não é admissível a apresentação de propostas variantes, nos termos do n.º 7 do artigo 59 do CCP

Artigo 12.º

Prazo para apresentação de propostas

1. Os documentos que constituem a proposta devem ser apresentados diretamente pelos concorrentes ou seus representantes, através da plataforma eletrónica "acinGov", até às 19.00 horas do dia de de 2015.
2. A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.
3. A data limite fixada pode, a pedido dos interessados e em casos devidamente fundamentados, ser prorrogada por prazo adequado quando o Programa do Procedimento, o Caderno de Encargos ou os esclarecimentos solicitados não possam ser fornecidos nos prazos estabelecidos para o efeito.
4. A prorrogação de prazo prevista no número anterior beneficiará todos os interessados.
5. As propostas, uma vez recebidas, podem ser retiradas desde que tal vontade seja manifestamente expressa pelo concorrente à entidade adjudicante, antes do termo do prazo referido no n.º 1 deste artigo. A retirada da proposta não prejudica o direito de apresentação de nova proposta dentro do prazo inicialmente fixado.

Artigo 13.º

Prazo da obrigação de manutenção das propostas

É de 120 (cento e vinte) dias o prazo da obrigação da manutenção das propostas.

Artigo 14.º

Abertura de propostas

1. O Júri do Procedimento, às 10.00 horas do dia útil imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicitação da lista dos concorrentes na plataforma eletrónica "acinGov", utilizada pela entidade pública adjudicante.
2. Mediante a atribuição de um *login* e de uma *password* aos concorrentes incluídos na lista é facultada a consulta, diretamente na plataforma eletrónica referida no número anterior, de todas as propostas apresentadas.
3. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de três dias contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.
4. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida mas não se encontre a proposta do reclamante, o júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos números 1 e 2.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

**Direção Municipal de Higiene Urbana
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica
Divisão de Manutenção de Frota**

Artigo 15.º

Análise das propostas e relatório preliminar

1. Após a análise das propostas e de todos os seus atributos, representados pelo fator que densifica o critério de adjudicação previsto no artigo 19.º do presente programa do procedimento, o júri elabora fundamentadamente um relatório preliminar, no qual deve propor a sua ordenação.
2. No relatório preliminar a que se refere o número anterior, o júri deve também propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas:
 - a) Que tenham sido apresentadas depois do termo fixado para a sua apresentação;
 - b) Que sejam apresentadas por concorrentes em violação do disposto no n.º 2 do artigo 54.º do CCP;
 - c) Que sejam apresentadas por concorrentes relativamente aos quais ou, no caso de agrupamentos concorrentes, relativamente a qualquer dos seus membros, a entidade adjudicante tenha conhecimento que se verifica alguma das situações previstas no artigo 55.º do CCP;
 - d) Que não sejam constituídas por todos os documentos exigidos nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 57.º do CCP;
 - e) Que não cumpram o disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º ou nos n.º 1 e 2 do artigo 58.º do CCP;
 - f) Que sejam apresentadas como variantes, em violação do disposto no artigo 11.º do presente programa de procedimento;
 - g) Que violem o disposto no n.º 7 do artigo 59.º do CCP;
 - h) Que não observem as formalidades do modo de apresentação das propostas fixadas nos termos do disposto no artigo 62.º do CCP;
 - i) Que sejam constituídas por documentos falsos ou nas quais os concorrentes prestem culposamente falsas declarações;
 - j) Que sejam apresentadas por concorrentes em violação do disposto nas regras referidas no n.º 4 do artigo 132.º do CCP, desde que o programa de procedimento assim o preveja expressamente;
 - k) Cujas análises revele alguma das situações previstas no n.º 2 do artigo 70.º do CCP;
 - m) Que não apresentem um documento exigido no presente programa, ou o apresentem com informação incompleta.
3. Quando o mesmo concorrente apresente mais de uma proposta, em violação do disposto no n.º 7 do artigo 59.º do CCP, o júri deve também propor a exclusão de todas as propostas por ele apresentadas.

Artigo 16.º

Esclarecimentos sobre as propostas

1. O Júri do Procedimento pode pedir aos concorrentes esclarecimentos sobre as propostas considerados necessários para efeitos de análise e avaliação das mesmas.
2. Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.
3. No Relatório Preliminar, referido no Artigo anterior, deve constar referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes, nos termos do disposto no artigo 72.º do Código dos Contratos Públicos.
4. Os esclarecimentos referidos no número anterior serão disponibilizados na plataforma eletrónica "acinGov", devendo todos os concorrentes ser imediatamente notificados desse facto.

Artigo 17.º

Audiência prévia

Elaborado o relatório preliminar, o Júri do Procedimento procede à audiência prévia dos concorrentes por meio da plataforma eletrónica acinGov", para que num prazo de 5 dias úteis se pronunciem sobre o mesmo.

Artigo 18.º

Relatório final e adjudicação

**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**

Direção Municipal de Higiene Urbana

Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

Divisão de Manutenção de Frota

1. Após a realização da audiência prévia o júri elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.
2. No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no artigo anterior, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.
3. O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar.
4. Cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação ou para efeitos de seleção das propostas ou dos concorrentes para a fase de negociação quando adotada.

Artigo 19.º**CrITÉrio de adjudicação**

1. A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, de acordo com o modelo de avaliação constante do **Anexo III** (critério de adjudicação) constante do presente Programa de Procedimento, que dele faz parte integrante.
2. Os Lotes objeto do presente procedimento de contratação poderão ser adjudicados a diferentes adjudicatários.
3. Em caso de empate, será considerada a metodologia descrita no n.º 6 do Ponto IV do **Anexo III** ao presente Programa de Procedimento.

Artigo 20.º**Preço anormalmente baixo**

1. O preço total resultante de uma proposta é considerado anormalmente baixo, para efeitos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP, quando o preço total, do somatório dos preços unitários, seja inferior aos seguintes valores, para cada um dos lotes em análise:

Lote 1: Aquisição de peças para superestruturas da marca Faun:	10.000,00 €
Lote 2: Aquisição de peças para superestruturas da marca Haller:	12.000,00 €
Lote 3: Aquisição de peças para superestruturas da marca Ros Roca	10.000,00 €
Lote 4: Aquisição de peças para superestruturas da marca Brivio e outras	5.500,00 €
Lote 5: Aquisição de peças para superestruturas da marca Kuka e outras	6.000,00 €
Lote 6: Aquisição de peças para elevadores de contentores Zoller e outros	11.500,00 €

2. A não apresentação dos elementos exigidos no artigo 10.º, n.º 1, alínea f) deste programa, quando aplicável, determinará a exclusão imediata das propostas.

Artigo 21.º**Notificação da decisão de adjudicação**

1. A adjudicação é o ato pelo qual o órgão competente para a decisão de contratar aceita a única proposta apresentada ou escolhe uma de entre as propostas apresentadas.
2. A decisão de adjudicação, acompanhada do relatório final, é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes.
3. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário para:

**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**

Direção Municipal de Higiene Urbana

Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

Divisão de Manutenção de Frota

- a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos do disposto no artigo 81.º do CCP;
- b) Confirmar no prazo para o efeito fixado, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada.

Artigo 22.º**Documentos de habilitação a apresentar pelo adjudicatário**

1. O adjudicatário deve entregar, através da plataforma eletrónica "acinGov", no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação da decisão de adjudicação, redigidos em língua portuguesa; os documentos de habilitação referidos nos n.ºs 1 e 4 do artigo 81.º do (CCP), nomeadamente:
 - a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo III ao presente Programa de Procedimento;
 - b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d) e e) e i) do artigo 55.º do CCP.
2. Sempre que se verifique um facto, que determine a caducidade da adjudicação é concedido ao adjudicatário um prazo de 5 (cinco) dias, nos termos do n.º 2 do artigo 86.º do CCP, para que se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.
3. O prazo a conceder pela entidade adjudicante para supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação, nos termos no disposto no artigo 86.º do CCP, será de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da notificação.

Artigo 23.º**Caução**

A caução, fixada no valor de 5% do preço contratual, é destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, devendo ser prestada mediante garantia bancária, seguro-caução, ou guia de depósito, nos termos dos modelos constantes dos Anexos VI, VII e VIII (*Modelo de Garantia Bancária, Modelo de Seguro Caução e Modelo Guia de Depósito*) ao presente Programa do Procedimento, que dele fazem parte integrante.

Artigo 24.º**Redução do contrato a escrito**

O contrato será reduzido a escrito através da elaboração de um clausulado em suporte papel ou em suporte informático com a aposição de assinatura eletrónica, nos termos do n.º 1, do artigo 94.º, do CCP.

Artigo 25.º**Outorga do contrato**

1. A outorga do contrato deve ter lugar no prazo de 30 (trinta) dias úteis contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:
 - a) Decorridos 10 (dez) dias úteis contados da data da notificação da decisão de adjudicação a todos os concorrentes;
 - b) Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;
 - c) Comprovada a prestação da caução, quando esta for devida, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 90.º;
 - d) Confirmados os compromissos referidos na alínea c) do n.º 2 do artigo 77.º do CCP.
2. O órgão competente para a decisão de contratar comunicará ao adjudicatário, com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, a data, a hora e o local em que ocorrerá a outorga do contrato.

**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**

Direção Municipal de Higiene Urbana
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica
Divisão de Manutenção de Frota

Artigo 26.º
Despesas e encargos

1. São encargos dos concorrentes, as despesas inerentes à elaboração das suas propostas.
2. São ainda de conta do adjudicatário, as despesas e encargos inerentes à celebração do contrato, prestação de caução e emolumentos do Tribunal de contas, neste último caso, quando aplicável.

Artigo 27.º
Impugnações administrativas

As impugnações administrativas dos atos pré-contratuais – decisões administrativas e peças do procedimento – deverão ser apresentadas na plataforma eletrónica de contratação pública "acinGov".

Artigo 28.º
Prevalência

As normas do programa do procedimento prevalecem sobre quaisquer indicações constantes dos anúncios ou convites com elas desconformes.

Artigo 29.º
Legislação aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente caderno de encargos aplica-se o regime previsto no Código de Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de Outubro, Lei n.º 3/2010, de 27 de abril, Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de dezembro e Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho, e demais legislação complementar.

**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**

Direção Municipal de Higiene Urbana

Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

Divisão de Manutenção de Frota

ANEXO I**MINUTA DA PROPOSTA**

_____ (indicar nome, estado, profissão e morada ou sede), depois de ter tomado conhecimento do objeto do Concurso Público para "Aquisição de peças para superestruturas e equipamentos, por lotes, das marcas Faun (lote 1), Haller (lote 2), RosRoca (lote 3), Brivio e outras superestruturas de placas (Lote 4), Kuka e outras superestruturas rotativas (Lote 5) e Zoller e outros equipamentos de elevação de contentores de RSU (Lote 6) da frota municipal" – Processo n.º ____ CPI/CCM/DP/2015, a que se refere o Anúncio publicado no _____ datado de ____/____/2015 obriga-se a celebrar o presente contrato em conformidade com o constante do presente Programa de Concurso, respetivo Caderno de Encargos e demais Anexos, nos seguintes termos e condições:

Lote ____ (**Para cada lote** a que concorre),

- a) Preço total do somatório dos preços unitários do Anexo IV;
- b) Desconto ou tabela de descontos sobre tabela de preços de venda ao público;
- c) Prazos de entrega de acordo com a cláusula 4ª do Caderno de Encargos;
- d) Esquema de revisão de preços, indicando os fatores que determinam a revisão e quando é efetuada, se for caso disso;
- e) Prazo de garantia de acordo com a cláusula 5ª do Caderno de Encargos: _____.

Aos valores indicados acrescerá o Imposto sobre o Valor Acrescentado, à taxa legal aplicável e em vigor.

Mais declara que renúncia a qualquer foro, se submetendo, em tudo o que respeitar à execução do respetivo contrato ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor e aceita como competente para dirimir qualquer conflito relacionado com a execução de tal contrato o foro da Comarca de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Data: _____

Assinatura: _____

**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**

Direção Municipal de Higiene Urbana
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica
Divisão de Manutenção de Frota

ANEXO II**MODELO DE DECLARAÇÃO**

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP]

- 1 — (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
- 2 — Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo ⁽³⁾:
 - a)
 - b)
- 3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
- 4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que:
 - a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;
 - b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional ⁽⁴⁾ [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional ⁽⁵⁾ ⁽⁶⁾];
 - c) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional ⁽⁷⁾ [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional ⁽⁸⁾ ⁽⁹⁾];
 - d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) ⁽¹⁰⁾;
 - e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) ⁽¹¹⁾;
 - f) Tenham sido objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória⁽¹²⁾;
 - g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho ⁽¹³⁾;
 - h) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) ⁽¹⁴⁾;
 - i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes ⁽¹⁵⁾ [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes ⁽¹⁶⁾ ⁽¹⁷⁾]:
 - i) Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;
 - ii) Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;
 - iii) Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;

**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**

Direção Municipal de Higiene Urbana

Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

Divisão de Manutenção de Frota

- iv) Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho de 1991, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;
- j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.
- 5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra -ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
- 6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.
- 7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra -ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

(local), (data), [assinatura ⁽¹⁸⁾].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º
- (4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (5) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (6) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (7) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (8) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (9) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (10) Declarar consoante a situação.
- (11) Declarar consoante a situação.
- (12) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (13) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (14) Declarar consoante a situação.
- (15) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (16) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (17) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (18) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**

Direção Municipal de Higiene Urbana
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica
Divisão de Manutenção de Frota

ANEXO III
CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO - MODELO DE AVALIAÇÃO

A. FATORES DE APRECIAÇÃO

O critério de adjudicação fixado é o da proposta economicamente mais vantajosa, para cada um dos lotes em análise, tendo em consideração os seguintes fatores e ponderações:

- Preço total do somatório dos preços (constantes do Anexo IV) 75 %
- Prazo de entrega dos bens 15 %
- Desconto sobre tabela PVP 10 %

B. FATOR “Preço total do somatório dos preços” / sigla: PT

1. Os preços são os constantes do Anexo IV.

Para obter a avaliação deste fator são considerados os valores seguintes, para cada lote:

- Lote 1: Aquisição de peças para superestruturas da marca Faun: Tgmax: 20.000,00 €
Lote 2: Aquisição de peças para superestruturas da marca Haller: Tgmax: 24.000,00 €
Lote 3: Aquisição de peças para superestruturas da marca Ros Roca Tgmax: 20.000,00 €
Lote 4: Aquisição de peças para superestruturas da marca Brivio e outras Tgmax: 11.000,00 €
Lote 5: Aquisição de peças para superestruturas da marca Kuka e outras Tgmax: 12.000,00 €
Lote 6: Aquisição de peças para elevadores de contentores Zoller e outros Tgmax: 23.000,00 €

2. Para obter a classificação será aplicada a seguinte fórmula:

$$PT = 20 \times (Tgmax + 0,01 \cdot Tpro) / Tgmax$$

Em que:

“Tgmax” = Total geral máximo (soma dos valores do Anexo IV para o lote em análise)

“Tpro” = valor total geral do preço das peças (Anexo IV) da proposta do concorrente em análise;

2. Para efeitos de apreciação o valor máximo admissível são – 20 valores.

C. Fator “Prazo de entrega dos bens” / SIGLA: PE

1. Na classificação deste fator de apreciação, será classificado o prazo de entrega indicado pelos concorrentes para os lotes acima mencionados;
2. Para a avaliação do fator dos 9 lotes (constantes do anexo IV), será aplicado o seguinte quadro:

Prazo de entrega	
Prazo de entrega (dias)	Classificação
Até 1 dia	20,00
Mais de 1 até 2	18,00
Mais de 2 até 3	16,00
Mais de 3 até 4	14,00
Mais de 4 até 5	12,00
Mais de 5 até 6	10,00
Mais de 6 até 8	8,00
Mais de 8 até 10	6,00
Mais de 10 até 12	4,00
Mais de 12 até 14	3,00
15	1,00

**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**

Direção Municipal de Higiene Urbana

Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

Divisão de Manutenção de Frota

D. Fator "DESCONTO SOBRE TABELA PVP" / SIGLA: DT

1. Na classificação deste fator de apreciação, será classificado o desconto sobre a tabela de preços de venda ao público indicado pelos concorrentes para os lotes acima mencionados.
2. No caso de apresentação de tabela com vários descontos, será considerado para efeitos de avaliação o menor dos descontos apresentados
3. Para a avaliação do fator dos 9 lotes (constantes do anexo IV), será aplicado o seguinte quadro:

Desconto sobre tabela PVP	
Desconto	Classificação
Até 10 % (inclusive)	12,00
Até 20 % (inclusive)	16,00
Mais de 20 %	20,00

E. CLASSIFICAÇÃO FINAL

1. A classificação final resultará assim, da seguinte fórmula:

$$C_F = 0,75 \times PT + 0,15 \times PE + 0,10 \times DT$$

Em que:

 C_F = Classificação Final PT = Classificação do preço total das peças (constantes do Anexo IV) PE = Classificação do prazo de entrega DT = Desconto sobre tabela de PVP

2. A adjudicação é efetuada ao concorrente que obtiver a classificação mais elevada.
3. Em caso de empate entre duas ou mais propostas apresentadas pelos concorrentes, o desempate será feito de acordo com as regras constantes dos pontos seguintes:
 - 3.1. Em caso de empate, será considerada como economicamente mais vantajosa, a proposta que obtenha melhor classificação no fator "Preço total das peças" (constantes no Anexo IV);
 - 3.2. Mantendo-se o empate, considerar-se-á a classificação obtida no fator "Prazo de entrega" e assim sucessivamente;
 - 3.3. Se, após a aplicação do fator de desempate, ainda subsistir empate, o desempate será feito pelo preço mais baixo para a seguinte peça:

Lote 1	206636	Bocal aspiração
Lote 2	206324	Roleta veio placa guia Haller X2 M12, M14, M15
Lote 3	216833	Cilindro pá compactadora sem sensor
Lote 4	216635	Bloco hidráulico completo placa compactação
Lote 5	206304	Segmento 7 dentes Kuka 215A
Lote 6	215986	Sensor 308° compact.

- 3.4. Se, após a aplicação do fator de desempate estipulado em 3.3 se mantiver ainda o empate, o desempate será feito da seguinte forma:

Em caso de igualdade de preço entre propostas ordenadas para efeitos de adjudicação, é adjudicada a proposta que for selecionada na sequência de sorteio presencial, nos termos e na data, hora e local a definir pelo júri, os quais serão transmitidos aos concorrentes, mediante notificação genérica da Plataforma Eletrónica, "acinGov".



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Direção Municipal de Higiene Urbana
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica
Divisão de Manutenção de Frota

ANEXO IV
TABELAS PREÇO (IVA não incluído)

Lote 1
Peças para superestruturas da marca Faun

Artigo	Referência / Equivalente	Designação	Qtd/ano	Preço unit	Preço total
206420	Faun 5137509	Amortecedor equivalente rolo central	1		
206448	Faun 5231619	Fole pneumático suspensão vassoura 1 bolsa	1		
206449	Faun 5231620	Fole pneumático suspensão vassoura 2 bolsa	1		
206635	Faun 5127428	Bocal sopro	1		
206636	Faun 5127457	Bocal aspiração	1		
207162	Faun 5137587	Fecho fêmea falange aspirador	1		
207164	Faun 5139371	Patilha aspirador	1		
207166	Faun 5124130	Tubo traseiro água aspirador	1		
207167	Faun 5124131	Tranca traseira aspirador	1		
207168	Faun 5139385	Batente patilha aspirador	1		
207169	Faun 5127469	Barra lateral aspirador	1		
207170	Faun 5124156	Borboleta aspirador	1		
207171	Faun 5124158	Veio união aspirador	1		
207172	Faun 5139514	Suporte borracha traseiro aspirador	1		
207173	Faun 5139493	Fecho macho falange aspirador	1		
207174	Faun 1619388	Cilindro inclinação aspirador	1		
207175	Faun 1619347	Cilindro tranca traseira aspirador	1		
210423	Faun 5135961	Válvula bloqueio direcional 1/2"	1		
212316	Faun 5138500	Solenóide válvula hidráulica rolo central/vassouras	1		
215348	Faun 5231608	Cilindro abertura patilha aspirador	1		
216520	Faun 5137593	Válvula electropneumática	1		
216613	Faun 7840209	Flange inferior tubo aspiração	3		
216614	Faun 5135329	Flange superior direito tubo aspiração	1		
219444	Faun 5127715	Suporte aspirador direito	3		
220396	Faun 5137483	Electroválvula pneumática (Herion nº 2625460)	2		
Somatório dos preços					

**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**

Direção Municipal de Higiene Urbana

Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

Divisão de Manutenção de Frota

Lote 2

Peças para superestruturas da marca Haller

Código	Referência / Equivalente	Designação	Qtd/Ano	Preço unit	Preço total
201467	Haller 260001038	Perfil borracha vedação traseira e estribo 42 mm (metro)	29		
203202	Haller 260001054	Apoio borracha caixa RSU	18		
204648	Haller 527471891	Botão campainha	1		
205541	Haller 503404098	Bloco hidráulico Rexroth 2ª geração	1		
206324	Haller 504046576	Roleta veio placa guia	30		
206325	Haller 504010498	Veio rolete placa guia pequeno	25		
206326	Haller 504010505	Veio rolete placa guia grande	30		
206339	Haller 503974182	Sensor fim curso cilindro	15		
206346	Haller 300004778	Fecho porta lateral caixa carga (serie antiga)	1		
206451	Haller 503462814	Bobine embraiagem eletromagnética 24V	1		
206452	Haller 503462757	Estrela embraiagem eletromagnética 24V	3		
210141	Haller 503236764	Centralina	1		
211127	Haller 523236950	Comando principal sistema compactação	1		
213129	Haller 503974017	Cilindro hidráulico abertura porta trs	1		
215318	Haller 523760628	Fecho porta lateral caixa carga (serie nova) M15	1		
217044	Haller 503405236	Válvula bloco hidráulico 2ª geração	2		
Somatório dos preços					



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Direção Municipal de Higiene Urbana
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica
Divisão de Manutenção de Frota

Lote 3
Peças para superestruturas da marca RosRoca

Código	Referência / Equivalente	Designação	Qtd/ An o	Preço unit	Preço total
216678	Rosroca S2JE00-00000140	Rele saída automato 24V DC	1		
216715	Rosroca S31182T1400020	Casquilho grande fixar cilindro placa deslizante	1		
216725	Rosroca S2ZJ1000000030	Protetor botão	1		
216734	Rosroca S2JC0000000500	Conector com cabo	1		
216750	Rosroca S2JC0000000440	Conector com cabo	1		
216764	Rosroca S25100B8630160	Bomba óleo hidráulico Denison	1		
216770	Rosroca S7B73551015	Embraiagem eletromagnética	1		
216833	Rosroca 24100217A0060	Cilindro pá compactadora sem sensor	1		
216834	Rosroca 2410021790040	Cilindro placa deslizante com sensor	1		
216835	Rosroca 2410021790070	Cilindro placa deslizante sem sensor	1		
216836	Rosroca S2410011780015	Cilindro elevação pórtico traseiro	1		
216841	Rosroca S31113B1200070	Guia suporte junta grande	1		
216842	Rosroca S31113B1200080	Guia suporte junta pequena	1		
220457	Rosroca S2JD0033600020	Interruptor cabine az 24V completo	1		
Somatório dos preços					



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Direção Municipal de Higiene Urbana
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica
Divisão de Manutenção de Frota
Lote 4
Peças para superestruturas da marca Brivio

Código	Referência / Equivalente	Designação	Qtd/Ano	Preço unit	Preço total
201321	TAP MR250	Tampa filtro óleo hidráulico	1		
201331	CART MR250	Filtro (elemento) óleo hidráulico	1		
206231	PAT 24608	Casquilho deslizante lateral	1		
206232	PAT 24609	Casquilho deslizante superior/inferior	1		
206351	PAT 26734	Bloco deslizante	1		
206689	GUARN 26286-245	Vedante portico traseiro	1		
207809	GUARN 23887	Borracha vedação caixa carga	1		
210277	DIS6907431	Bloco distribuidor portico/placas 40p/2	1		
210898	CAR 27768-245	Placa deslizante	1		
210899	PAL 27768-245	Pá carregadora	1		
216635	VE 2016101130	Bloco hidráulico completo placa compactação	1		
217790	KITCIL 1340-3	Jg vedantes cilindro telescópico	1		
218298	PERN 26750	Cavilha pá carregadora	1		
218299	BUS 26740	Casquilho pá carregadora	1		
222690	TAMP 17268	Apoio borracha antivibração chassis	1		
Somatório dos preços					



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Direção Municipal de Higiene Urbana
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica
Divisão de Manutenção de Frota
Lote 5
Peças para superestruturas da marca Kuka

Código	Referência / Equivalente	Designação	Qtd/A n o	Preço unit	Preço total
206258	Kuka 3320204051	Cavilha fecho tambor Kuka 215/20D	1		
206280	Kuka 2150896122	Cavilha caixa redutora lado ajustável Kuka-215A, 215/20D	1		
206283	VE 2018201136	Apoio borracha cavaletre frente Kuka 215A	1		
206304	VE 3V0203066	Segmento 7 dentes Kuka 215A	162		
206306	Kuka 215093125	Perno roscado Kuka 215A, 215/20D	1		
206314	Kuka 2018201024	Fecho universal aba resguardo tambor Kuka 215A	78		
206382	Kuka 2150618711	Veio acionamento caixa redutora Kuka 215A	1		
206392	Kuka 2018849157	Mola embraiagem electropneumática Kuka 215A	1		
206396	Kuka 2011100009	Jg segmentos encosto embraiagem electropneumática KK	1		
206398	Kuka 2150741162	Anel pressão aço embraiagem electropneumática K 215A	3		
212104	KK 2150321U4561	Roleta guia superior Kuka 215A	1		
216884	KK 2050010013	Jante completa roda aspirador Kuka 146 SLM	1		
219854	25 mm	Esfera 25 mm anel rolamento tambor Calabrese	670		
220970	KK 2150321U4361	Roleta guia inferior Kuka 215A	1		
221121	Veco VS 30-210 I	Valvula reguladora pressão fechos porta Kuka 215/20D	2		
Somatório dos preços					

**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**

Direção Municipal de Higiene Urbana
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica
Divisão de Manutenção de Frota
Lote 6
Peças para elevadores Zoller Kipper

Código	Referência / Equivalente	Designação	Qtd/A n o	Preço unit	Preço total
206565	ZK 032007063	Veio distanciador braço elevador contentor 25 x 345 mm Zoeller 300.50	24		
210928	ZK 0230124005	Batente braço contentor borracha Zoeller Kipper	6		
210929	ZK 0706054004	Ventosa para segurar contentor 2342	3		
213035	ZK 0230124091	Alavanca frente braço proteção elevador	1		
213522	ZK 1000000623	Patilha direita acionamento elevação automática Zoeller	1		
213781	ZK 0230105000	Carreto cârter elevador contentores Zoeller Kipper	2		
213782	ZK 0001905002	Veio cârter elevador contentores	2		
215562	ZK 1000000625	Patilha esquerda acionamento elevação modo automático Zoeller 2301	1		
215790	ZK 0702201600	Veio patilha acionamento elevação modo automático Zoeller 2301	4		
215983	ZK 0706089277	Sensor	3		
215986	ZK 0706089283	Sensor 308° compact.	5		
216002	ZK 0234206126	Borracha suporte ventosa Zoeller Kipper	21		
216003	ZK 0230007045	Molde Zoeller Kipper	3		
216004	ZK 0230124100	Barreira segurança drt cantoneiros Zoeller 2301	3		
216005	ZK 0230103100	Mola L=350/D=40 tampa elevador contentores Zoller Kipper 2301	4		
216007	ZK 0230007865	Mola 2ª patilha Zoller Kiper 2301	4		
216009	ZK 0000507017	Mola 1ª patilha Zoeller Kipper 2301	20		
216364	ZK 0230101180	Célula PNP n/fech aproximação contentor (XUB5APBNM12) Zoeller Kipper2301	6		
216372	ZK 0700800010	Mola aperto tampa lateral Zoeller 2342	15		
216376	ZK 0700800012	Parafuso aperto tampa lateral Zoeller 2342	19		
216782	ZK 0230114038	Válvula controle PV70-30B-0-U-24D Zoeller Kipper	2		
216794	ZK 0230106044	Barra Zoeller Kipper	2		
217128	ZK 0230124090	Alavanca traseira braço proteção Zoeller 2301	2		
217282	ZK 0040207010	Batente plástico elevador contentor Zoeller 2301	2		
218039	ZK 0701210240	Tranca acionamento cavilha Zoeller Kipper 2301	4		
219439	ZK 0230124087	Plástico fixar proteção cantoneiros Zoeller 2301	7		
220215	ZK 0230134719	Caixa ligação sensor elevador contentores Zoeller 2342	2		
220216	ZK 0706042254	Cabo ligação sensor elevador contentores Zoeller 2342	3		
220338	ZK 1000002264	Joelho 90° ajustável PG16 caixa ligação Zoeller 2342	1		
220339	ZK 0230134717	Placa circuitos integrados sensor elevador contentores Zoeller 2342	2		
220395	ZK 0706045514	Cabo dupla ficha (200 mm) distribuidor direito Zoeller 2301	2		
221236	ZK 1000000618	Mola automático elevador Zoller 2301	2		
Somatório dos preços					



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Direção Municipal de Higiene Urbana
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica
Divisão de Manutenção de Frota

ANEXO V
MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos]

- 1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2):
- a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;
 - b) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (3) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (4)] (5);
 - c) Tenham sido objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória (6);
 - d) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho (7);
 - e) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (8);
 - f) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.
- 2 - O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (9)] os documentos comprovativos de que a sua representada (10) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
- 3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
- ... (local), ... (data), ... [assinatura (11)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
 - (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
 - (3) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
 - (4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
 - (5) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
 - (6) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
 - (7) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
 - (8) Declarar consoante a situação.
 - (9) A opção da indicação do sítio da internet que permite a consulta de dados, apenas poderá ser utilizada se o sítio e os documentos estiverem redigidos em língua portuguesa.
- Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.
- (10) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
 - (11) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º do CCP

**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**

Direção Municipal de Higiene Urbana

Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

Divisão de Manutenção de Frota

**ANEXO VI
MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA**

- O Banco com sede em, pessoa coletiva n.º, matriculada na Conservatória de Registo Comercial de....., com o capital social de €.....(.....euros), presta a favor da Câmara Municipal de Lisboa (CML), garantia autónoma, à primeira solicitação, no valor de €..... (.....euros), destinada a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que a, assume por força da sua posição de adjudicatária e parte do contrato que com ela a Câmara Municipal de Lisboa (CML) vai outorgar e que tem por objeto o fornecimento, regulado nos termos da legislação em vigor.
- O Banco obriga-se a pagar aquela quantia à primeira solicitação da Câmara Municipal de Lisboa (CML) sem que esta tenha que justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com a adjudicação ou com o contrato atrás identificados, ou com o cumprimento das obrigações que, assume com a celebração do respetivo contrato.
- O Banco deve pagar aquela quantia no dia seguinte ao do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por este.
- O presente garantia bancária autónoma não pode em qualquer circunstância ser denunciado, mantendo-se em vigor até à sua extinção, nos termos previstos na legislação aplicável.
- Lisboa, dede 20....

Observação: Qualquer rasura deverá ser ressalvada e as assinaturas dos Diretores, etc. devem ser reconhecidas na qualidade em exercício.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
 Direção Municipal de Higiene Urbana
 Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica
 Divisão de Manutenção de Frota

ANEXO VII
MODELO DE SEGURO – CAUÇÃO

A Companhia de Seguros....., com sede em....., pessoa coletiva n.º....., matriculada na Conservatória de Registo Comercial de....., com o capital social de..... (.....euros), presta a favor da Câmara municipal de Lisboa (CML), seguro caução autónomo, à primeira solicitação, no valor de..... (...euros), destinado a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que a....., assume por força da sua posição de adjudicatária e parte do contrato que com ela a Câmara Municipal de Lisboa (CML) vai outorgar e que tem por objeto o fornecimento....., regulado nos termos da legislação em vigor.

A Companhia de Seguros obriga-se a pagar aquela quantia à primeira solicitação da Câmara Municipal de Lisboa (CML) sem que esta tenha que justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com a adjudicação ou com o contrato atrás identificados, ou com o cumprimento das obrigações que....., assume com a celebração do respetivo contrato.

A Companhia de Seguros deve pagar aquela quantia no dia seguinte ao do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por esta.

O presente seguro caução autónomo não pode em qualquer circunstância ser denunciado, mantendo-se em vigor até à sua extinção, nos termos previstos na legislação aplicável.

Lisboa, de de 20....

Observação: Qualquer rasura deverá ser ressalvada e as assinaturas dos Diretores, etc. devem ser reconhecidas na qualidade em exercício



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Direção Municipal de Higiene Urbana
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica
Divisão de Manutenção de Frota

ANEXO VIII
MODELO DA GUIA DE DEPÓSITO

Euros..... €

Vai(*nome do adjudicatário*), residente (ou com escritório) em na depositar na(sede, filial, agência ou delegação) da (instituição) a quantia de (por extenso) (em dinheiro ou representada por) como depósito-caução exigido pela sua qualidade de adjudicatário do Concurso Público de publicidade internacional N.º .../.../... para "Aquisição de lubrificantes e produtos afins para a Frota Municipal", de harmonia com o disposto no Programa de Procedimento e a notificação da adjudicação, ofício n.º datado dede de 20....

Este depósito, sem reservas, fica à ordem do Município de Lisboa, a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

Data

Assinatura



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Direção Municipal de Higiene Urbana
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica
Divisão de Manutenção de Frota

DACM
Prop. n.º 120 / B
Fls. _____

CADERNO DE ENCARGOS

Capítulo I
Disposições gerais

Cláusula 1.ª
Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto a "Aquisição de peças para superestruturas e equipamentos, por lotes, das marcas Faun (lote 1), Haller (lote 2), RosRoca (lote 3), Brivio e outras superestruturas de placas (Lote 4), Kuka e outras superestruturas rotativas (Lote 5) e Zoller e outros equipamentos de elevação de contentores de RSU (Lote 6) da frota municipal".

2. O valor máximo para a aquisição de peças para superestruturas e equipamentos de marca, Faun, Haller, Ros Roca, Brivio, Kuka e Zoeller da frota municipal, para a totalidade dos lotes, é de 330.000,00 euros (Trezentos e trinta mil euros), acrescido de IVA, distribuído da seguinte forma:

Lote 1: Aquisição de peças para superestruturas da marca Faun 60.000,00 euros;
Lote 2: Aquisição de peças para superestruturas da marca Haller 72.000,00 euros;
Lote 3: Aquisição de peças para superestruturas da marca Ros Roca..... 60.000,00 euros;
Lote 4: Aquisição de peças para superestruturas da marca Brivio e outras de placas..... 33.000,00 euros;
Lote 5: Aquisição de peças para superestruturas da marca Kuka e outras rotativas 36.000,00 euros;
Lote 6: Aquisição de peças para elevadores de contentores da marca Zoeller e outros..... 69.000,00 euros;

3. O preço máximo admitido para o somatório dos preços de cada Lote, nos termos do constante do Anexo III ao Programa do Procedimento, é o seguinte:

Lote 1: Aquisição de peças para superestruturas da marca Faun: Tgmax: 20.000,00 €
Lote 2: Aquisição de peças para superestruturas da marca Haller: Tgmax: 24.000,00 €
Lote 3: Aquisição de peças para superestruturas da marca Ros Roca Tgmax: 20.000,00 €
Lote 4: Aquisição de peças para superestruturas da marca Brivio e outras Tgmax: 11.000,00 €
Lote 5: Aquisição de peças para superestruturas da marca Kuka e outras Tgmax: 12.000,00 €
Lote 6: Aquisição de peças para elevadores de contentores Zoller e outros..... Tgmax: 23.000,00 €

4. Por "frota municipal de superestruturas e equipamentos das marcas Faun, Haller, RosRoca, Brivio, Kuka e Zoller, entre outros" deve entender-se o conjunto de viaturas e equipamentos constante do Anexo I ao presente Caderno de Encargos e outras da mesma categoria que o Município venha entretanto a adquirir.

Cláusula 2.ª
Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- Os termos dos suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- O presente Caderno de Encargos;
- A proposta adjudicada;
- Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo Cocontratante.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

**Direção Municipal de Higiene Urbana
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica
Divisão de Manutenção de Frota**

3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos contratos Públicos (doravante designado por CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01, na redação que lhe foi dada pela Declaração de Retificação n.º 18-A/2008, de 28/03, pela Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de Outubro, pela Lei n.º 3/2010, de 27 de Abril, pelo Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de Dezembro, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30/12, e pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12/07, e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.ª

Vigência do Contrato

1. O contrato considera-se cumprido, e em consequência extinto, se antes do decurso do prazo referido no número seguinte, pelo cumprimento das obrigações do adjudicatário se proceda ao integral pagamento a este do valor máximo de 330.000,00 euros (Trezentos e trinta mil euros), sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

2. Salvo, o disposto no número anterior, o contrato mantém-se em vigor pelo prazo de 3 (três) anos.

3. Pela extinção do contrato referida no número anterior, não tem direito a qualquer indemnização o adjudicatário, no caso do valor do contrato não ter atingido o montante referido no número um.

Capítulo II

Obrigações contratuais

Secção I

Obrigações do Cocontratante

Cláusula 4.ª

Obrigações principais do Cocontratante

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato, decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:

- a) Proceder ao fornecimento de peças para as superestruturas e equipamentos das marcas Faun, Haller, Ros Roca, Brivio, Kuka e Zoller, entre outros, integradas na frota municipal, requisitadas pela entidade Adjudicante, ao longo do período contratado;
- b) O Cocontratante fornecerá orçamentos prévios aos fornecimentos, sempre que for solicitado pela entidade adjudicante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após a solicitação;
- c) No lote 4 "Aquisição de peças para superestruturas da marca Brivio", os blocos hidráulicos a fornecer são completos com todas as válvulas de acionamento do mesmo, conforme figura do anexo II.
- d) O esquema de revisão de preços, em caso algum, poderá ser superior ao índice de preços no consumidor (IPC), ou da taxa de inflação
- e) Em caso de revisão de preços, previamente comunicada, é obrigatório o envio do anexo IV preenchido, do qual se obterá a variação média dos preços. Após verificação do mesmo a tabela será aplicada nas encomendas seguintes.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Direção Municipal de Higiene Urbana
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica
Divisão de Manutenção de Frota

- f) As dúvidas que o Cocontratante tenha sobre peças a fornecer, para as superestruturas e equipamentos das marcas Faun, Haller, Ros Roca, Brivio, Zoller, e Kuka da frota municipal, devem ser submetidas à consideração da entidade adjudicante;
- g) Os bens adquiridos deverão ser entregues por conta do Cocontratante, no prazo máximo de 15 dias, no armazém da Divisão de Manutenção de Frota, sito na Av. Infante D. Henrique, Lote 1 – 1800-220 Lisboa.

3. A falta de cumprimento do disposto nos pontos anteriores torna o Cocontratante responsável, com as consequências previstas no presente Caderno de Encargos e no CCP.

4. As entregas serão parciais e de acordo com as necessidades dos serviços e só serão efetuadas mediante comunicação escrita prévia da entidade Adjudicante.

5. O prazo de entrega conta-se a partir da receção por fax ou e-mail de cada uma das notas de encomenda e não poderá ser superior ao prazo indicado no contrato.

6. Com a entrega dos bens objeto do contrato, ocorre a transferência da posse e da propriedade daqueles para a entidade pública adjudicante, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impedem sobre o Cocontratante.

7. Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato e respetivos documentos para o local de entrega são da responsabilidade do Cocontratante.

8. Os riscos das operações de acondicionamento, embalagem e transporte, carga e descarga nos locais de entrega serão da exclusiva responsabilidade do Cocontratante.

9. A entrega será sempre acompanhada de guia de remessa, devidamente numerada, da qual constará designadamente:

- a) A data de entrega;
- b) A identificação do Cocontratante ;
- c) A identificação da entidade Adjudicante;
- d) Data de encomenda e número de requisição da entidade Adjudicante;
- e) A identificação do concurso ao abrigo do qual é feito o fornecimento;
- f) A identificação dos bens entregues.

10. A cópia de guia de remessa, assinada e carimbada pelos serviços municipais da entidade Adjudicante, ficará na posse do Cocontratante, constituindo prova bastante da entrega do material, após boa conferência pela mesma.

11. O Cocontratante fornecerá, em suporte digital, tabela de preços de venda ao público, das peças, IVA não incluído. Em alternativa, caso disponha de sistema de consulta via internet, pode fornecer acesso ao mesmo, desde que, por esse meio, seja possível consultar e exportar a informação referida.

12. O Cocontratante dará apoio/acompanhamento técnico durante a vigência do contrato.

13. A não apresentação de qualquer esquema de revisão de preços, no âmbito da alínea c) da minuta da proposta (Anexo I ao Programa de Procedimento), implica que os preços apresentados não deverão sofrer qualquer aumento até ao fim do contrato.

14. Sempre que a entidade Cocontratante venha a proceder à aquisição de produtos não incluídos nas tabelas em vigor e que se enquadrem no objeto do fornecimento, o adjudicatário fica obrigado a atualizar a sua tabela de preços com a inclusão dos novos produtos

15. O Cocontratante, será responsável por todos e quaisquer danos e prejuízos causados à entidade Adjudicante e a terceiros, que resultem das suas atividades exercidas no âmbito deste fornecimento.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

**Direção Municipal de Higiene Urbana
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica
Divisão de Manutenção de Frota**

Cláusula 5.^a Conformidade e garantia técnica

1. O Cocontratante obriga-se a entregar á entidade pública adjudicante os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos constantes do presente caderno de encargos.
2. O prazo de garantia será igual ou superior a dois anos, a contar desde a data da receção e de acordo com os números abaixo, sem prejuízo do desgaste normal de utilização;
3. A garantia prevista no número anterior abrange todo o objeto do fornecimento, sem limitações.
4. No prazo máximo de 4 (quatro) dias a contar da data em que a entidade Adjudicante tenha detetado qualquer defeito ou discrepância, deve notificar o Cocontratante, para efeitos da respetiva correção.

Cláusula 6.^a Objeto do dever de sigilo

1. O Cocontratante deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa á entidade Adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente á execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 7.^a Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Secção II Obrigações da Entidade Pública Adjudicante

Cláusula 8.^a Preço contratual

1. Pela prestação dos fornecimentos objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a entidade Adjudicante deve pagar ao Cocontratante o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída a entidade Cocontratante.

Cláusula 9.^a Caução

1. Ao Cocontratante é exigida a prestação de caução, nos termos previstos nos artigos 88.º e 89.º do CCP, fixada no valor de 5% do preço contratual, sendo destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

**Direção Municipal de Higiene Urbana
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica
Divisão de Manutenção de Frota**

2. A caução deve ser prestada mediante garantia bancária, seguro-caução ou depósito em numerário, nos termos dos modelos constantes dos Anexos VI, VII e VIII (*Modelo de Garantia Bancária, Modelo de Seguro Caução e Modelo de Guia de Depósito*) do Programa do Procedimento, que dele fazem parte integrante.

Cláusula 10.ª

Fatura e Condições de Pagamento

1. As faturas referentes aos bens fornecidos no âmbito do contrato, os quais são entregues de acordo com as solicitações do contraente público, só podem ser emitidas após a aceitação daqueles, por parte dos respetivos serviços municipais responsáveis a que se destinam – Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica (DRMM); devem, ainda, ser enviadas para a Direção Municipal das Finanças (D.M.F.) – Departamento de Contabilidade (D.C.), sito no Edifício Central do Município no Campo Grande, n.º 25 – 8º Bloco A, 1749-099 Lisboa, delas constando, obrigatoriamente, sob pena de devolução das mesmas, as seguintes indicações:

Câmara Municipal de Lisboa
DMF-DC
N.º da encomenda
N.º do Compromisso

2. As quantias devidas pela entidade adjudicante devem ser pagas no prazo de 30 (Trinta) dias após a receção pela entidade Cocontratante das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

3. Em caso de discordância por parte da entidade Cocontratante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao Cocontratante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o Cocontratante obrigado a prestar os esclarecimentos e diligências necessários para o efeito.

4. Após a emissão, observado o disposto no n.º 1 as faturas são pagas através de transferência bancária.

Capítulo III

Sanções contratuais e resolução

Cláusula 11.ª

Sanções contratuais

No caso de o Cocontratante não cumprir qualquer uma das obrigações contratuais, ser-lhe-ão aplicadas, até integral cumprimento das mesmas ou até à rescisão do contrato, as seguintes sanções pecuniárias diárias por cada um dos fornecimentos em falta:

- a) 2‰ (por mil) do valor do fornecimento em falta, acrescido de IVA, por cada dia de atraso, nos primeiros 10 dias úteis de atraso;
- b) 4‰ (por mil) do mesmo valor, por cada dia de atraso, nos segundos 10 dias úteis de atraso;
- c) 8‰ (por mil) do mesmo valor nos dias subsequentes aos primeiros 20 dias úteis, por cada dia de atraso, sem, contudo e na sua globalidade, poder vir a exceder 20% do valor total da adjudicação.

2. Todas as sanções pecuniárias aplicadas ao adjudicatário serão descontadas no pagamento da fatura em que se tenha verificado a ocorrência do facto, ou no mês em que seja decidida pela entidade Cocontratante a sua aplicação.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Direção Municipal de Higiene Urbana
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica
Divisão de Manutenção de Frota

Cláusula 12.ª

Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao Cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, caso se verifiquem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 13.ª

Resolução por parte da entidade Adjudicante

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o Município de Lisboa pode resolver o contrato, a título sancionatório, de acordo com o procedimento previsto no n.º 2 da presente Cláusula:

- a) Causa geral de resolução – Violação de forma grave ou reiterada pelo Cocontratante qualquer das obrigações que lhe incumbem, sejam obrigações contratuais, obrigações emergentes da Lei, ou de atos administrativos de conformação da relação contratual;
- b) Causa especial de resolução – Pelo atraso na conclusão do fornecimento superior a 21 (vinte e um) dias ou se, por escrito, o Cocontratante declarar que o atraso respetivo excederá esse prazo.

2. O direito de resolução, referido no n.º 1 da presente cláusula, exerce-se mediante declaração escrita enviada por correio com aviso de receção ou por meio de transmissão eletrónica (correio eletrónico com aviso de entrega), com aviso prévio de trinta dias contínuos, a contar da verificação da violação da obrigação, nos termos referidos no número anterior.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

**Direção Municipal de Higiene Urbana
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica
Divisão de Manutenção de Frota**

Cláusula 14.ª

Resolução por parte do Cocontratante

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Cocontratante pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 180 (cento e oitenta) dias, ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.
2. No caso previsto do n.º 1 da presente cláusula, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município de Lisboa, que produz efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
3. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Cocontratante, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos

Capítulo VI

Disposições finais

Cláusula 15.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo de círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 16.ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

1. A subcontratação e a cessão da posição contratual por parte do adjudicatário carecem de autorização, por escrito, da entidade adjudicante, nos termos do disposto no CCP.
2. Nos casos de subcontratação, o adjudicatário permanece integralmente responsável perante o Município de Lisboa pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais, não implicando a transferência de responsabilidade para qualquer dos subcontratados.
3. A cessão da posição contratual pelo contraente público, só poderá ser recusada, pelo adjudicatário, nos casos e nos termos estabelecidos no artigo 324.º, do CCP.

Cláusula 17.ª

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes, aquelas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato, ou seja:
 - a) Por correio eletrónico com aviso de entrega;
 - b) Por carta registada com aviso de receção.
2. As partes devem identificar no contrato as informações de contato dos respetivos representantes, designadamente o endereço eletrónico, o número de telecópia e o endereço postal.
3. Qualquer alteração das informações de contato constantes do contrato deve ser comunicada, por escrito, à outra parte com uma antecedência de 5 (cinco) dias.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

**Direção Municipal de Higiene Urbana
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica
Divisão de Manutenção de Frota**

Cláusula 18.^a Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato contam-se de acordo com as seguintes regras:

- a) Os prazos começam a contar no dia seguinte à comunicação da ocorrência efetuada pela entidade adjudicante ao adjudicatário.
- b) Os prazos são contínuos, não se suspendendo aos sábados, domingos e feriados.
- c) Quando o último dia do prazo for um sábado, domingo, feriado ou dia em que os Serviços da entidade Cocontratante, por qualquer causa, se encontrem encerrados, passa para o primeiro dia útil subsequente.

Cláusula 19.^a Adjudicações parcelares

O Município de Lisboa pode adjudicar os lotes a diferentes adjudicatários

Cláusula 20.^a Legislação aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente programa aplica-se o regime previsto no Código de Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro, Lei n.º 3/2010, de 27 de abril, Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de dezembro e Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho, e demais legislação complementar.



DACM
Prop. n.º 120/17
Fls. _____

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Direção Municipal de Higiene Urbana
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica
Divisão de Manutenção de Frota

ANEXO I

Superestruturas de remoção de resíduos urbanos (incluindo lavagem de contentores, lava-pavimentos e varredura)

Tipo	Lote	Marca	Modelo	Quant
RSU Placas	4	Brivio	KS4	3
RSU Placas	4	Brivio	VF4 15 m3	4
RSU Placas	4	Brivio	Maxi 14/16 m3	3
RSU Rotativa	5	Calabrese	CH 210 (8 m3)	18
RSU Rotativa	5	Calabrese	(7 m3)	1
RSU Placas	4	Ecofar	EC 50 BL	3
RSU Placas	4	Ecofar	SAT 700 LCV	3
RSU Placas	4	Ecofar	SAT 850 LCV	3
RSU Placas	4	Farid	Minimatic	1
Varredoura	1	Faun	Vega AK 461 R/L	6
Lava-contentores	2	Haller	4/7000	4
RSU Placas	2	Haller	X2 11 m3	2
RSU Placas	2	Haller	X2 14 m3	5
RSU Placas	2	Haller	X2 15 m3	37
RSU Placas	2	Haller	X2 16 m3	5
Lava-pavimentos	2	Haller	6,5 m3	5
Lava-contentores	2	Haller	MBR4	1
RSU Placas	2	Haller	X2c	5
Lava-pavimentos	5	Kuka	222	1
RSU Rotativa	5	Kuka	215 A (14 m3)	9
RSU Rotativa	5	Kuka	215/20D 7 m3	3
RSU Rotativa	5	Kuka	215/20D Hídr 9 m3	4
Varredoura	5	Kuka	246 SLM 6 m3	3
RSU Rotativa	5	Kuka/Faun	215/20D Hídr 9 m3	3
RSU Rotativa	5	MUT	205/8,0 Styling 8 m3	2
RSU Rotativa	5	MUT	205D/8,0 Styling 8 m3	4
RSU Placas	4	Resol	KS4 Maxi 14/16 m3	2
RSU Placas	3	RosRoca	Cross 16	13
Lava-contentores	3	RosRoca	LC 4500 3 m3	5
RSU Placas	3	RosRoca	Olympus	4
RSU Placas	4	Semat	C 213 11 m3	2
RSU Placas	4	Tecno Ecom	118 DL	1
RSU Placas	4	Tecno Ecom	TE 118 DL	1

Elevadores (Lote 6)

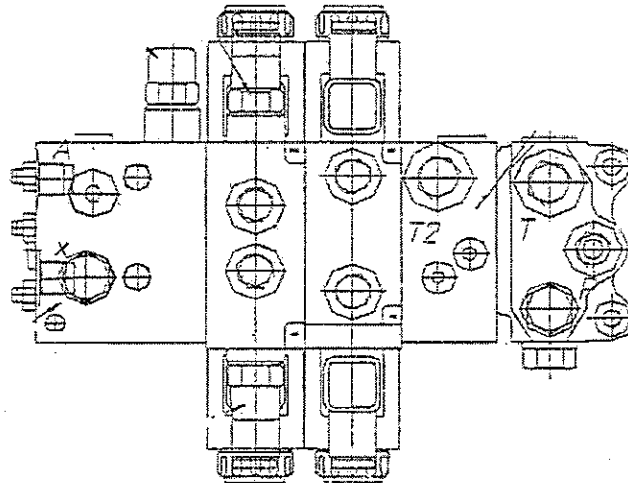
Marca	Modelos	Quant.
Schneider	SL -KG / SL - KE / SE - EK- R	18
Zoller	64.00 / 300.50 / 300.80 / 300.100 / 369.50 / 250.60 / 2301 / 2342	142



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Direção Municipal de Higiene Urbana
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica
Divisão de Manutenção de Frota

DACM
Prop. n.º 120/17
Fls. _____

ANEXO II
Constituição do bloco hidráulico Brivio





CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

ATA EM MINUTA

Nos termos e para os efeitos do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como do disposto no artigo 19.º, n.º 2, do Regimento da Câmara Municipal, foram aprovadas na Reunião de Câmara de 23 de março de 2017, as atas, as moções, os votos de pesar, o voto de congratulação e as propostas a seguir discriminadas, constituindo o presente documento e os originais dos referidos documentos, a ata em minuta:

Apreciação e aprovação das atas n.ºs 144 e 146/2017 das reuniões de Câmara de 11 e 25 de janeiro de 2017.

(Aprovadas por unanimidade)

Voto de Pesar n.º 7/2017 (Subscrito pela Sr.ª Vereadora Catarina Vaz Pinto)

Aprovar o Voto de Pesar pelo falecimento de Maria Velez, nos termos do voto;

(Aprovado por unanimidade)

Voto de Pesar n.º 8/2017 (Subscrito pela Câmara)

Aprovar o Voto de Pesar pelas vítimas do atentado terrorista em Londres, nos termos do voto;

(Aprovado por unanimidade)

Voto de Congratulação n.º 3/2017 (Subscrito pelo Sr. Vereador Jorge Máximo)

Aprovar um Voto de Congratulação ao trabalhador do Município de Lisboa, Hélder Mestre, na Meia Maratona de Lisboa, pelo elevado mérito desportivo alcançado na classe T51, nos termos do voto;

(Aprovado por unanimidade)



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

(Adiada)

Proposta n.º 119/2017 (Subscrita pelo Sr. Vereador Manuel Salgado)

Aprovar a celebração de Protocolo de Acordo com a Guarda Nacional Republicana para criação de estacionamento público em duas parcelas de terreno, sitas na Rua Damasceno Monteiro - Quartel da Graça (Convento da Graça) - Freguesia de São Vicente, nos termos e nas condições da proposta;

Aprovada por maioria com a seguinte votação:	A favor	Contra	Abstenções
	14 (6PS, 3Ind., 3PPD/PSD e 2PCP)	-	1 (CDS/PP)

Proposta n.º 120/2017 (Subscrita pelo Sr. Vereador Duarte Cordeiro)

Aprovar submeter à Assembleia Municipal autorização para repartição de encargos para os anos económicos de 2017, 2018, 2019 e 2020 e a emissão de autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais para os mesmos anos, no âmbito da abertura do procedimento por concurso público com publicidade no Jornal Oficial da União Europeia para "Aquisição de peças para superestruturas e equipamentos, por lotes, das marcas Faun (lote 1), Haller (lote 2), RosRoca (lote 3), Brivio e outras superestruturas de placas (lote 4), Kuka e outras superestruturas rotativas (lote 5), Zoller e outros equipamentos de elevação de contentores de RSU (lote 6) da frota municipal". (Proc.1243/CML/17), nos termos da proposta;

Aprovada por maioria com a seguinte votação:	A favor	Contra	Abstenções
	13 (6PS, 2Ind., 3PPD/PSD e 2PCP)	-	1 (CDS/PP)



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Proposta n.º 156/2017 (Subscrita pelo Sr. Vereador Duarte Cordeiro)

Aprovar a transferência de verba para o Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo de Lisboa (CACCL), nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Proposta n.º 157/2017 (Subscrita pela Sr.ª Vereadora Paula Marques)

Aprovar a transferência de verba para a AMBPC - Associação de Moradores do Bairro Padre Cruz, para reforço do apoio financeiro já concedido pelo trabalho desenvolvido e a desenvolver no processo de realojamento do bairro, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Proposta n.º 158/2017 (Subscrita pela Sr.ª Vereadora Catarina Vaz Pinto)

Aprovar a transferência de verba para as coletividades organizadoras dos arraiais populares de 2017, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Proposta n.º 159/2017 (Subscrita pela Sr.ª Vereadora Catarina Vaz Pinto)

Aprovar a transferência de verba para as coletividades organizadoras das marchas populares de 2017, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da supra citada Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro eu, *Paula Levy* Diretora do Departamento de Apoio aos Órgãos e Serviços do Município mandei lavrar.

Paços do Concelho, em 23 de março de 2017

O Vice-Presidente

Duarte Cordeiro
Duarte Cordeiro

PROPOSTA 120/2017 - APROVAR SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL AUTORIZAÇÃO PARA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS PARA OS ANOS ECONÓMICOS DE 2017, 2018, 2019 E 2020 E A EMISSÃO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS PARA OS MESMOS ANOS, NO ÂMBITO DA ABERTURA DO PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE NO JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA PARA "AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA SUPERESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS, POR LOTES, DAS MARCAS FAUN (LOTE 1), HALLER (LOTE 2), ROSROCA (LOTE 3), BRIVIO E OUTRAS SUPERESTRUTURAS DE PLACAS (LOTE 4), KUKA E OUTRAS SUPERESTRUTURAS ROTATIVAS (LOTE 5), ZOLLER E OUTROS EQUIPAMENTOS DE ELEVAÇÃO DE CONTENTORES DE RSU (LOTE 6) DA FROTA MUNICIPAL". (PROC.1243/CML/17), NOS TERMOS DA PROPOSTA;

O Sr. Presidente em exercício: - Vamos votar ponto 7, Proposta 120/2017, quem vota contra? Quem se abstém? Aprovada com a abstenção do CDS e o voto favorável dos restantes Vereadores.

O Sr. Presidente em exercício pôs à votação a Proposta 120/2017 a qual foi aprovada por maioria com 13 votos a favor (6PS, 2Ind., 3PPD/PSD e 2PCP) e 1 abstenção (CDS/PP).